

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA.....VARA CÍVEL DO ESTADO

.....

....., vem, com fundamento no artigo 67 da Lei 8245 de 18/10/1991, por seu advogado abaixo assinado, propor a presente.

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Em face de , por seu representante legal, pelo que passa a expor para a final requerer o que segue:

AB INITIO;

Requer a V.Exa. seja a presente ação distribuída em apenso aos autos da Ação Ordinária de Revisão de Cláusula Contratual nº.....que a Requerente propõe em face do Banco requerido e que tramita frente ao juízo da 22ª Vara Cível.

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, vêm requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento, conforme documento anexo.

DOS FATOS

A Autora celebrou contrato de arrendamento mercantil com o Banco requerido.....

Ocorre que, em meados de janeiro do corrente ano, a economia brasileira foi sacudida por uma avalanche de fatos até então imprevisíveis, sendo o ponto de partida a decretação da moratória pelo recém-empossado Governador do Estado de Minas Gerais, passando pelas diversas mudanças ocorridas no comando do Banco Central, o que culminou numa crise de credibilidade da moeda, que vem sofrendo diversos ataques especulativos.

Mister salientar que a conseqüência mais imediata e nefasta da quebra de confiança tem sido a elevação do dólar à níveis absurdos, tendo alcançado, na já apelidada sexta-feira negra (29/1/99), o patamar de R\$2,05 (dois reais e cinco centavos), o qual traria o valor da décima quarta prestação do presente contrato, vencível em 03/02/99, para insuportáveis R\$ 487,12 (quatrocentos e oitenta e sete reais e doze centavos).

A parte autora então, entrou em contato com o Banco réu, a fim de renegociar a dívida, não obtendo êxito. Desta feita, não lhe restou alternativa, senão a invocação da Tutela Jurisdicional, com o escopo de que seja deferida a consignação das contraprestações devidas, tendo com base a última prestação paga pela Autora, qual seja: R\$...... enquanto a competente Ação Revisional de Cláusula Contratual não decide o mérito da questão ora suscitada, afastando a incidência da variação cambial.

A autora já efetuou o depósito judicial no Banco Banerj, das parcelas referentes aos meses de....., conforme Guia em anexo, tendo em vista o vencimento das mesmas..... conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 890 do CPC, notificando o Banco requerido.

O contrato de arrendamento mercantil, em epígrafe, vigorará até....., assim, a Autora quer se liberar da obrigação, fazendo o correspondente depósito das prestações a vencer, as quais vem oferecer em juízo, tudo em conformidade com o que prevê o artigo 794 do CPC.

O Código Civil, em seu artigo 973, inciso V, autoriza, expressamente, a consignação em pagamento, quando houver litígio sobre o objeto do pagamento, in casu pende a Ação Revisional de Cláusula Contratual em apenso.

Assim, por todo o exposto, requer, primeiramente, seja deferida a Gratuidade de Justiça pleiteada no preâmbulo desta exordial, requerendo, após, com fundamento nos artigos 972 e 973, V do Código Civil e obedecidas as normas processuais contidas nos artigos 890 e seguintes do CPC, seja deferida a expedição de guia para depósito da quantia de R\$......, no dia de, no Banco Oficial do Estado.

Outrossim, requer a V.Exa. a citação do, na pessoa de seu representante legal, VIA OFICIAL DE JUSTIÇA, encontrado na, nesta cidade, para vir receber em juízo, em dia e hora a serem designados por V.Exa., a importância depositada de R\$, ou, se quiserem, contestar a presente Ação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de julgamento imediato da lide, sendo considerado como sendo procedente o pedido, bem como considerada extinta a obrigação.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal e depoimento pessoal do representante legal do Banco réu.

Imprime-se a presente o valor de R\$..... (valor do somatório das prestações).

Nestes termos,

P. deferimento.....

Cidade,..... Data..... /.... /.....

NOME DO ADVOGADO

Nº OAB/SEÇÃO